

LUIZ ALBERTO DAVID ARAUJO
VIDAL SERRANO NUNES JÚNIOR

CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

19ª edição

Revista e atualizada até a EC 84 de 2 de dezembro de 2014



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Araujo, Luiz Alberto David

Curso de direito constitucional / Luiz Alberto David Araujo, Vidal Serrano Nunes Júnior. – 19. ed. rev., atual. até a EC 84 de 2 de dezembro de 2014. – São Paulo : Editora Verbatim, 2015.

Bibliografia.

I. Direito constitucional 2. Direito constitucional - Brasil 1. Nunes Júnior, Vidal Serrano. II. Título.

14-00330

CDU-342(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito constitucional 342(81)

EDITOR: Antonio Carlos Alves Pinto Serrano

CONSELHO EDITORIAL: Antonio Carlos Alves Pinto Serrano, André Mauro Lacerda Azevedo, Fernando Reverendo Vidal Akaoui, Fulvio Gianella Júnior, José Luiz Ragazzi, Hélio Pereira Bicudo, Luiz Alberto David Araujo, Luiz Roberto Salles, Marcelo Sciorilli, Marco Antônio Moreira da Costa, Marilena I. Lazzarini, Motauri Ciochetti Souza, Oswaldo Peregrina Rodrigues, Roberto Ferreira Archanjo da Silva, Suelli Dallari, Vanderlei Siraque, Vidal Serrano Nunes Júnior, Vinicius Silva Couto Domingos.

ASSISTENTES EDITORIAIS: Bárbara Pinzon de Carvalho Martins e Klaus Prellwitz

CAPA E DIAGRAMAÇÃO: Manuel Rebelato Miramontes

Direitos reservados desta edição por

EDITORA VERBATIM LTDA.

Rua Zacarias de Góis, 2006

CEP 04610-000 – São Paulo – SP

Tel. (0xx11) 5533.0692

www.editoraverbatim.com.br

e-mail: editoraverbatim@editoraverbatim.com.br

SUMÁRIO

PARTE 1

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

Capítulo 1 – DIREITO CONSTITUCIONAL.....	23
1. Conceito	23
2. Constitucionalismo	24
3. Neoconstitucionalismo	25
Capítulo 2 – CONSTITUIÇÃO	29
1. Conceito	29
1.1. O Sentido político	30
1.2. O Sentido sociológico.....	30
1.3. O Sentido formal	31
1.4. O Sentido jurídico.....	31
1.5. A abertura constitucional.....	32
2. Os tipos de Constituição.....	32
2.1. Constituição do Estado de direito liberal	33
2.2. Constituição do Estado de direito social.....	33
2.3. A Constituição do Estado Socialista	34
3. Constituição: suas classificações.....	35
3.1. Quanto à origem	35
3.2. Quanto à mutabilidade	36
3.3. Quanto à forma.....	37
3.4. Quanto ao conteúdo	37
3.5. Quanto à sistemática	39
3.6. Quanto à ideologia.....	39

4. Elementos da Constituição	39
5. O poder constituinte.....	40
5.1. Introdução.....	40
5.2. A titularidade do poder constituinte	42
5.3. As características do poder constituinte.....	42
5.4. O poder constituinte derivado	43
5.5. O poder constituinte decorrente.....	46
5.5.1. Princípio da simetria	47
6. A recepção, a reconstituição e a desconstitucionalização no direito constitucional.....	49
6.1. A recepção.....	49
6.2. A reconstituição.....	50
6.3. A desconstitucionalização	51
7. A eficácia das normas constitucionais.....	51
7.1. A classificação de José Afonso da Silva	52
7.2. A classificação de Celso Ribeiro Bastos e de Carlos Ayres Britto..	56
7.3. A classificação de Maria Helena Diniz	57
8. O controle de constitucionalidade dos atos normativos.....	58
8.1. Introdução.....	58
8.2. O controle preventivo.....	60
8.3. O controle repressivo.....	62
8.3.1. A via difusa	62
8.3.2. O controle concentrado	67
8.3.2.1. Ação direta de inconstitucionalidade — ADI.....	72
8.3.2.2. Ação declaratória de constitucionalidade.....	87
8.3.2.3. Arguição de descumprimento de preceito fundamental...89	
8.3.2.3.1. A inconstitucionalidade da arguição incidental	90
8.3.2.3.2. Preceito fundamental.....	91

8.3.2.3.3. A subsidiariedade.....	92
8.3.2.3.4. O processo e o julgamento.....	92
8.4. O controle constitucional da omissão.....	94
8.5. O controle de constitucionalidade de âmbito estadual.....	101
9. Os princípios constitucionais	104
10. A interpretação constitucional.....	108
10.1. Hermenêutica e Interpretação: especificação terminológica	108
10.2. Interpretação: conceito.....	109
10.3. Interpretação: classificações	111
10.4. Alguns métodos de interpretação constitucional.....	115
10.4.1. Métodos de interpretação constitucional.....	117
10.4.1.1. O método jurídico	117
10.4.1.2. O método tópico.....	118
10.4.1.3. O método hermenêutico-concretizador.....	119
10.4.2. Os princípios de interpretação constitucional	121
10.4.2.1. O princípio da supremacia da Constituição	122
10.4.2.2. O princípio da força normativa da Constituição	123
10.4.2.3. O princípio da unidade da Constituição	123
10.4.2.4. O princípio do efeito integrador	124
10.4.2.5. O princípio da concordância prática, da <i>harmonização ou da cedência recíproca</i>	125
10.4.2.6. O princípio da máxima efetividade	125
10.4.2.7. O princípio da correção funcional.....	126
10.4.2.8. O princípio da coloquialidade	127
10.4.2.9. O princípio da interpretação intrínseca.....	127
10.4.2.10. O princípio da proporcionalidade	128
11. Breve histórico das constituições brasileiras	128
11.1. A Constituição Política do Império do Brasil	128

11.2. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891	130
11.3. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934	131
11.4. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937	132
11.5. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946	133
11.6. A Constituição de 1967	134

PARTE 2

A ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO E SEU PREÂMBULO

Capítulo 1 – A ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO.....	137
1. A organização da constituição	137

PARTE 3

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Capítulo 1 – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	139
1. Estado democrático e social de direito.....	139
2. Fundamentos do Estado Brasileiro.....	141
3. O princípio republicano	142
4. O princípio da separação de poderes	143
5. Os objetivos fundamentais da república.....	144
6. As relações internacionais	144
6.1. Os princípios regentes das relações internacionais.....	146

PARTE 4

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Capítulo 1 – DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS. 147

1. Conceitos básicos	147
1.1. Opção terminológica	147
1.2. Direitos e garantias.....	149
1.3. Direitos fundamentais: conceito e classificações.....	151
1.3.1. O enfoque conteudístico.....	153
1.3.2. O enfoque jurídico positivo.....	154
1.3.3. O enfoque evolutivo cumulativo.....	155
a) <i>Direitos fundamentais de primeira geração</i>	157
b) <i>Direitos fundamentais de segunda geração</i>	157
c) <i>Direitos fundamentais de terceira geração</i>	158
1.4. Características intrínsecas dos direitos fundamentais	159
1.5. Características extrínsecas dos Direitos Fundamentais.....	167
1.6. Direitos fundamentais dispersos na Constituição	168
1.7. Destinatários dos direitos fundamentais	169
1.8. As Garantias Institucionais	169
1.9. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	170
1.10. Divisão dos direitos e garantias fundamentais no texto constitucional.....	171
1.11. Direitos Fundamentais e Tratados Internacionais: noções introdutórias.....	172
1.12. A violação a direitos humanos e o incidente de deslocamento de foro	173
2. Os direitos individuais e coletivos.....	174
2.1. Princípio da isonomia	175
2.1.1. As ações afirmativas	180

2.2. Princípio da legalidade	182
2.2.1. O princípio da estrita legalidade	183
2.2.2. O princípio da reserva legal	184
2.3. Direito à vida.....	186
2.4. Proibição da tortura	187
2.5. Direito de opinião.....	188
2.5.1. Direito de escusa de consciência.....	189
2.6. Liberdade de crença religiosa.....	190
2.7. Direito de expressão.....	191
2.8. Direito de informação.....	192
2.9. Direito de antena.....	193
2.10. Direito de informação jornalística.....	194
2.11. Direito de resposta	196
2.12. Direito de informação pública	198
2.13. Direito de intimidade e direito de privacidade	199
2.13.1. Sigilo bancário e fiscal.....	201
2.14. Direito à honra	203
2.15. Direito à imagem	204
2.16. Inviolabilidade de domicílio.....	206
2.17. Inviolabilidade das comunicações	208
2.18. Liberdade de profissão	212
2.19. Direito de locomoção	212
2.20. Direito de reunião	214
2.21. Direito de associação.....	217
2.22. Direito de propriedade.....	219
2.22.1. Propriedade pública.....	220
2.22.2. Propriedade privada.....	220
2.22.3. Propriedade rural	221

2.22.4. Bem de família	222
2.22.5. A usucapião constitucional	222
2.22.6. A usucapião especial coletiva.....	223
2.22.7. Propriedade intelectual	225
2.23. Defesa do consumidor	226
2.24. Direito de petição	227
2.25. Direito de certidão.....	228
2.26. Princípio da inafastabilidade da jurisdição.....	229
2.27. Limites à retroatividade da lei.....	231
2.28. Princípio do juiz natural.....	234
2.29. Princípio do devido processo legal.....	235
2.30. Proibição de provas ilícitas.....	240
2.31. Princípio da presunção de inocência.....	241
2.32. Pressupostos constitucionais para a privação da liberdade	241
2.33. A garantia constitucional do júri.....	243
2.34. Princípio da não extradição	244
2.35. Proibição da prisão civil.....	246
3. Remédios constitucionais	248
3.1. Mandado de segurança	248
3.1.1. Procedimento do mandado de segurança.....	254
3.2. Mandado de segurança coletivo	256
3.3. <i>Habeas Corpus</i>	260
3.4. Mandado de injunção	262
3.5. Habeas Data.....	266
3.6. Ação popular	270
4. Direitos fundamentais, tratados internacionais e forma de incorporação.....	274

Capítulo 2 – DIREITOS SOCIAIS	277
1. Introdução.....	277
2. Direitos sociais individuais.....	278
3. Direitos sociais coletivos	283
3.1. A liberdade de associação profissional ou sindical.....	283
3.2. Direito de greve.....	284
3.3. Direito de representação	286
Capítulo 3 – NACIONALIDADE	287
1. Nacionalidade.....	287
2. A nacionalidade originária.....	288
2.1. A nacionalidade originária na Constituição Federal	289
3. Nacionalidade adquirida.....	295
3.1. A nacionalidade adquirida na Constituição Federal.....	295
3.2. O português equiparado.....	298
4. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados.....	299
5. A perda da nacionalidade brasileira	299
Capítulo 4 – DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS	301
1. Direitos políticos	301
2. Direito de sufrágio.....	301
2.1. Natureza e conceito	301
2.2. Plebiscito, referendo e iniciativa popular	302
2.3. Características.....	303
2.4. Direito de votar	304
2.5. Direito de ser votado	305
3. As inelegibilidades	306
3.1. As inelegibilidades absolutas	306
3.2. As inelegibilidades relativas	307

3.2.1. A inelegibilidade garantidora da alternância do poder, também denominada inelegibilidade funcional	307
3.2.2. A inelegibilidade por parentesco ou reflexa.....	309
3.2.3. Inelegibilidade — hipóteses complementares.....	310
4. Sistemas eleitorais	312
5. Perda e suspensão dos direitos políticos	314
6. O princípio da anualidade	316
7. Partidos políticos.....	317

PARTE 5

DIVISÃO ESPACIAL DO PODER

Capítulo 1 – TEORIA GERAL.....	321
1. Introdução.....	321
2. As formas de Estado	322
2.1. Estado Unitário	322
2.2. Estado Federal.....	323
2.2.1. Repartição constitucional de competências e rendas.....	325
2.2.2. Possibilidade de auto-organização por uma Constituição própria.....	328
2.2.3. Rigidez constitucional.....	329
2.2.4. Indissolubilidade do vínculo.....	330
2.2.5. Participação da vontade das ordens parciais na elaboração da norma geral	330
2.2.6. Existência de um tribunal constitucional	331
2.2.7. Intervenção federal nos Estados.....	332
Capítulo 2 – O FEDERALISMO BRASILEIRO.....	335
1. Introdução.....	335

2. Requisitos caracterizadores do Estado Federal aplicados ao direito constitucional positivo brasileiro	337
2.1. Repartição constitucional de competências	337
2.2. Repartição constitucional de rendas	344
2.3. Constituições Estaduais	345
2.4. Rigidez constitucional	345
2.5. Indissolubilidade do pacto federativo	346
2.6. Representação pelo Senado Federal	346
2.7. O Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição....	346
2.8. Intervenção federal nos Estados-membros	347
Capítulo 3 – A UNIÃO FEDERAL.....	349
1. Perfil constitucional.....	349
2. Bens da união	349
2.1. Terras devolutas.....	350
2.2. Mar territorial	351
2.3. Plataforma continental e zona econômica exclusiva.....	352
2.4. Terrenos de marinha	352
3. Competências da União	353
Capítulo 4 – OS ESTADOS FEDERADOS	357
1. Autonomia	357
1.1. Capacidade de auto-organização	357
1.2. Capacidade de autogoverno.....	359
1.3. Capacidade de autoadministração	360
1.4. Capacidade legislativa	360
2. Bens dos Estados-Membros.....	362
3. Criação de Estados-Membros.....	363
4. O Poder Executivo	363
5. O Poder Legislativo.....	364

6. O Poder Judiciário	365
7. Regiões metropolitanas	365
Capítulo 5 – OS MUNICÍPIOS	367
1. Natureza jurídica.....	367
2. A criação dos Municípios	368
3. A auto-organização.....	369
4. Competências	374
5. A fiscalização financeira do município	375
Capítulo 6 – O DISTRITO FEDERAL E OS TERRITÓRIOS.....	377
1. Distrito Federal	377
2. Territórios	378
Capítulo 7 – INTERVENÇÃO	381
1. Intervenção federal	381
2. Intervenção estadual.....	384

PARTE 6

DIVISÃO ORGÂNICA DO PODER

Capítulo 1 – TEORIA GERAL	387
1. As funções do Estado	387
2. A independência e a harmonia entre os poderes.....	388
3. Funções típicas e atípicas	391
Capítulo 2 – REGIMES DE GOVERNO	395
1. Formas de governo.....	395
2. Parlamentarismo.....	395
3. Presidencialismo	397
Capítulo 3 – O PODER EXECUTIVO.....	399
1. Chefia de Estado e Chefia de Governo.....	399

2. Funções do Poder Executivo	399
3. O Presidente da República	402
4. O Vice-Presidente	403
5. Os Ministros de Estado	403
6. Conselho da República	404
7. Conselho de Defesa Nacional	405
Capítulo 4 – A RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DE OUTRAS AUTORIDADES FEDERAIS (A INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA)	407
1. Introdução.....	407
2. Conceito	407
3. Crimes de responsabilidade.....	408
4. As autoridades passíveis de <i>impeachment</i>	408
5. Os crimes comuns do Presidente da República	409
5.1. A imunidade penal temporária.....	410
Capítulo 5 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	413
1. Introdução.....	413
2. Princípios constitucionais da administração pública	413
2.1. Princípio da legalidade.....	413
2.2. Princípio da moralidade	415
2.3. Princípio da impessoalidade	418
2.4. Princípio da publicidade.....	421
2.5. Princípio da eficiência.....	421
2.6. Princípios constitucionais implícitos	422
3. Agentes e cargos públicos	423
3.1. Igual acessibilidade aos cargos públicos	423
3.2. Contratos de gestão	427
3.3. Associação sindical.....	428

3.4. Direito de greve.....	428
3.5. Pessoas com deficiência.....	428
3.6. Improbidade.....	429
4. Servidores públicos.....	430
5. Militares.....	431
Capítulo 6 – O PODER LEGISLATIVO.....	433
1. Estrutura.....	433
1.1. Câmara dos Deputados.....	433
1.2. Senado Federal.....	433
1.3. Mesas Diretoras.....	434
1.4. Comissões parlamentares.....	435
2. Funcionamento.....	437
3. Garantias parlamentares.....	440
4. Processo legislativo ordinário.....	445
4.1. Iniciativa.....	445
4.2. Discussão.....	448
4.3. Deliberação.....	449
4.4. Sanção ou veto.....	450
4.5. Promulgação.....	451
4.6. Publicação.....	452
5. As espécies normativas.....	452
5.1. Emenda constitucional.....	452
5.2. Lei complementar.....	454
5.3. Lei ordinária.....	455
5.4. Medida provisória.....	455
5.5. Lei delegada.....	458
5.6. Decreto legislativo.....	460
5.7. Resolução.....	461

6. A Função fiscalizatória	461
Capítulo 7 – O PODER JUDICIÁRIO	465
1. Jurisdição.....	465
2. Estatuto da Magistratura	466
3. Garantias.....	467
3.1. Vedações.....	471
4. Órgãos do Poder Judiciário	472
4.1. Conselho Nacional de Justiça.....	472
4.2. Supremo Tribunal Federal.....	475
4.2.1. Súmulas vinculantes.....	477
4.3. Superior Tribunal de Justiça.....	479
4.4. Tribunais Regionais Federais e juízes federais	481
4.5. Tribunais e Juízes dos Estados	483
4.5.1. Varas agrárias	483
4.6. Tribunais e Juízes do Trabalho	484
4.7. Tribunais e Juízes Eleitorais.....	486
4.8. Tribunais e Juízes Militares.....	487
5. Precatórios judiciais.....	489
Capítulo 8 – O PERFIL CONSTITUCIONAL DO	
MINISTÉRIO PÚBLICO	495
1. Termo.....	495
2. Origens históricas	495
3. O Ministério Público na Constituição de 1988.....	496
3.1. O Ministério Público de Contas.....	497
3.2. Princípios Institucionais.....	498
3.3. Autonomia	500
3.4. Garantias e Vedações	501
3.5. O Princípio do Promotor natural	502

3.6. O Chefe do Ministério Público	503
3.7. Funções institucionais do Ministério Público.....	504
3.8. Conselho Nacional do Ministério Público	506
Capítulo 9 – A ADVOCACIA	509
1. Disposições gerais	509
CAPÍTULO 10 – DEFENSORIA PÚBLICA	513

PARTE 7

A DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Capítulo 1 – O ESTADO DE DEFESA E O ESTADO DE SÍTIO	515
1. Introdução.....	515
2. O estado de defesa.....	517
3. O estado de sítio	519
4. Disposições comuns	521
Capítulo 2 – DAS FORÇAS ARMADAS.....	523
1. Disposições gerais	523
Capítulo 3 – DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	525
1. Introdução.....	525
2. Polícias da União.....	526
3. Polícias estaduais.....	527
4. Guardas municipais.....	527
5. Segurança viária.....	528

PARTE 8

TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO

Capítulo 1 – SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	529
---	------------

1. Os tributos e suas espécies	529
2. Capacidade contributiva	530
3. Lei complementar	532
4. Empréstimos compulsórios	534
5. Contribuições sociais.....	534
Capítulo 2 – DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR	535
1. Introdução.....	535
2. Princípio da legalidade.....	535
3. Princípio da igualdade tributária.....	536
4. Princípio da irretroatividade da lei tributária.....	537
5. Princípio da anterioridade.....	537
6. Princípio da proibição de tributos com efeito confiscatório	539
7. Princípio da proibição de limites ao tráfico de pessoas ou bens	539
8. Princípio da uniformidade	540
9. Princípio da não discriminação tributária, em razão da procedência ou destino dos bens.....	540
10. As imunidades tributárias	540
Capítulo 3 – DOS IMPOSTOS.....	543
1. Impostos da União.....	543
2. Impostos dos Estados e do Distrito Federal.....	543
3. Impostos dos municípios	544
Capítulo 4 – REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS.....	545
1. Disposições gerais.....	545
Capítulo 5 – FINANÇAS E ORÇAMENTO.....	549
1. Normas gerais.....	549
2. Orçamento	550
2.1. Orçamento anual	550
2.1.1. As categorias de programação.....	552

2.1.2. Princípios orçamentários.....	552
2.2. Lei de diretrizes orçamentárias	556
2.3. Plano plurianual	556
2.4. Processo legislativo das leis orçamentárias	557
3. Emenda Constitucional N. 56/2007	559

PARTE 9

ORDEM CONSTITUCIONAL ECONÔMICA

Capítulo 1 – A ORDEM ECONÔMICA.....	561
1. A Constitucionalização da Economia	561
2. Fundamentos da ordem econômica	562
2.1. Livre iniciativa.....	562
2.2. Valor social do trabalho humano.....	564
3. Princípios da ordem econômica.....	565
3.1. Soberania nacional.....	565
3.2. Propriedade privada e função social da propriedade	566
3.3. Livre concorrência	566
3.4. Defesa do consumidor.....	568
3.5. Defesa do meio ambiente.....	568
3.6. Redução das desigualdades sociais e regionais.....	568
3.7. Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.....	569
4. Intervenção estatal na economia.....	569
4.1. O estado como agente econômico	570
4.2. O Estado como agente normativo e regulador da economia.....	572
4.2.1. A função de fiscalização	572
4.2.2. A função de incentivo	573
4.2.3. A função de planejamento.....	573

Capítulo 2 – DA POLÍTICA URBANA	575
Capítulo 3 – DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA	577
1. Fundamentos da Política agrícola e fundiária	577
2. A função social da propriedade rural	577
3. O planejamento agrícola	579
4. A reforma agrária.....	580

PARTE 10

ORDEM CONSTITUCIONAL SOCIAL

Capítulo 1 – A ORDEM SOCIAL.....	581
1. Princípios Gerais.....	581
2. Seguridade social	582
2.1. A saúde	584
2.1.1. O princípio do acesso universal e igualitário	584
2.1.2. O Sistema Único de Saúde	585
2.1.3. O fornecimento de remédios	586
2.2. A Previdência Social.....	587
2.3. A assistência social	588
3. A educação na Constituição Federal	589
3.1. A educação e sua organização jurídica	589
3.2. Educação e princípios informativos	592
3.3. A iniciativa privada	595
3.4. Receitas vinculadas.....	595
4. Desporto.....	600
5. Direito à cultura	601
5.1. Patrimônio cultural e meio ambiente cultural.....	603

6. A proteção das pessoas com deficiência	605
7. O regramento da comunicação social	610
8. A proteção constitucional do meio ambiente.....	615
9. A proteção da família, da criança, do adolescente, do idoso e do jovem	620
10. A proteção constitucional dos índios	623
BIBLIOGRAFIA.....	627
ÍNDICE ALFABÉTICO - REMISSIVO.....	639
(os números indicam as páginas).....	639